



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000297774

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 1500358-23.2024.8.26.0559, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é apelante RONALDO DE VITO OLIVEIRA, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 9ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Por V.U., NEGARAM PROVIMENTO ao recurso**

, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ALCIDES MALOSSI JUNIOR (Presidente), SILMAR FERNANDES E CÉSAR AUGUSTO ANDRADE DE CASTRO.

São Paulo, 27 de março de 2025.

ALCIDES MALOSSI JUNIOR

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1500358-23.2024.8.26.0559.

Apelante: RONALDO DE VITO OLIVEIRA (Dra. Tatiana Cristina Sene Maciel, Advogada)

Apelado: Ministério Público do Estado de São Paulo.

Sentença: Juiz de Direito Dr. Luís Guilherme Pião.

Comarca: São José do Rio Preto.

VOTO nº 33.716.

PENAL. APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. DESOBEDIÊNCIA. CONDENAÇÃO. RECURSO DA DEFESA.

Pretendida, preliminarmente, a nulidade da busca domiciliar. No mérito, busca-se a absolvição por insuficiência de provas. Subsidiariamente, busca-se a desclassificação delitiva para a infração prevista no artigo 28 da Lei de Drogas. Descabimento.

Preliminar. Busca domiciliar e provas decorrentes. Regularidade. Circunstâncias da prisão que justificaram a diligência no domicílio do apelante, mesmo sem mandado judicial. A Jurisprudência do C. STF, intérprete último dos Direitos Fundamentais, tem preconizado que a fuga de indivíduo em direção ao seu domicílio, em atitude suspeita, configura, sopesados os demais elementos de convicção encartados nos autos, fundadas razões para justificar a busca domiciliar, exatamente a hipótese dos autos. Preliminar de nulidade afastada.

Mérito. Provas. Materialidade cabal ante a

apreensão e perícia das drogas. Autoria certa diante das provas orais e documentais. Oitiva de policiais, sob compromisso, em nada desmerecida pela condição funcional das testemunhas, cujos depoimentos foram firmes e harmônicos com aquilo efetivamente apurado na fase inquisitiva e em confronto com a própria versão do apelante. Desclassificação para uso próprio. Impossibilidade. Circunstâncias do flagrante a corroborarem a ausência de evidências para uso próprio, levando à conclusão pela prática do tráfico. Condenação integralmente mantida.

Negado provimento.

VISTO.

Trata-se de **APELAÇÃO** em face de sentença condenatória proferida na ação penal acima referenciada (publicada em audiência no dia 17 de julho de 2024 – fls. 226/230).

A denúncia oferecida (fls. 132/136 - recebida em

23 de abril de 2024 – fls. 190/191) imputou **RONALDO DE VITO OLIVEIRA** como incurso no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06 e no artigo 330, ambos na forma do artigo 69, estes últimos do Código Penal. Segundo o apurado, no dia 09 de fevereiro de 2023, por volta das 14h38, na Rua Eliana Aparecida de Bianchi dos Santos, 704, Parque Residencial da Lealdade, cidade de São José do Rio Preto, **RONALDO** tinha em depósito e guardava, para fins de entrega para consumo de terceiros, **11 (onze) porções de maconha, totalizando 34,2g** (trinta e quatro gramas e duzentos miligramas), **04 (quatro) porções de cocaína, totalizando 6,65g** (seis gramas e seiscentos e cinquenta miligramas) e **10 (dez) porções de crack, com peso líquido de 4,75g** (quatro gramas e setecentos e cinquenta miligramas), sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Consta ainda que, nas mesmas circunstâncias acima descritas, **RONALDO** desobedeceu a ordem legal dos policiais militares Alessandro da Silva Francisco e Adriano de Jesus Pinheiro. Apurou-se que **RONALDO** já havia se envolvido com tráfico de drogas anteriormente e, na data dos fatos, pilotava sua motocicleta pela via pública quando, avistando uma viatura da polícia militar, apresentou comportamento suspeito, olhando para a viatura diversas vezes. Tal comportamento chamou a

atenção dos policiais, que deram ordem de parada a **RONALDO**, mas ele desobedeceu a ordem e continuou seu trajeto, sendo acompanhado pelos policiais até a Rua Eliana Aparecida de Bianchi dos Santos, quando parou defronte sua residência. O denunciado foi abordado na calçada e com ele nada de ilícito foi localizado. Nesse momento, porém, Giseli, esposa de **RONALDO**, saiu da residência e franqueou a entrada dos policiais militares na casa. Em revista pelo local, os policiais encontraram, no quarto do casal, uma mochila da marca Nike contendo R\$ 5.413,80 em notas diversas e moedas, onze porções de maconha de diversos tamanhos, quatro porções de cocaína e dez porções de crack. Além disso, dentro do guarda-roupa foram encontradas uma faca, uma balança de precisão e sacos plásticos comumente utilizados para embalar droga. Indagado sobre o entorpecente, **RONALDO** assumiu informalmente aos policiais que a droga lhe pertencia e era destinada ao comércio e que o dinheiro encontrado era proveniente da venda de entorpecentes, pois vendia cada porção de maconha a R\$ 5,00 e cada porção de cocaína a R\$ 10,00. Giseli também disse aos policiais informalmente que o entorpecente pertencia a seu marido e era destinado à venda.

Das provas pertinentes, existem, no caderno processual, boletim de ocorrência (fls. 09/13), auto de exibição e apreensão (fls. 16/17), laudo toxicológico definitivo (fls. 120/125), fotografias (fls. 23/25), além dos depoimentos, porque arrolados na inicial acusatória, das testemunhas *Alessandro da Silva Francisco e Adriano de Jesus Pinheiro Rodrigues e Marco Aurélio Muniz Melo*, concluídas, então, com o interrogatório do réu (mídias às fls.236).

Ao final da instrução a pretensão acusatória foi julgada procedente e o acusado condenado à pena de 07 anos, 03 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 728 dias-multa, como incurso nas sanções previstas no artigo 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/06, e à pena de 19 dias de detenção, em regime semiaberto, e 12 dias-multa, como incurso nas sanções previstas no artigo 330 do Código Penal. Negado o direito de recorrer em liberdade.

Inconformado, o réu **apelou**, postulando,

preliminarmente, a nulidade da prova por derivação em razão de realização de busca domiciliar ilegal, sem mandado judicial. No *mérito*, requer absolvição por insuficiência de provas ou a desclassificação da conduta para aquela prevista no artigo 28, da Lei de Drogas (fls. 237/252).

Contrarrazões às fls. 256/261 pelo desprovemento do recurso, com manifestação da douta Procuradoria Geral de Justiça no mesmo sentido (fls. 293/305).

É o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cumpre afastar a preliminar

de nulidade de provas por suposta busca domiciliar ilegal.

É necessário deixar claro que a **busca domiciliar** (que possibilitou a localização de diversas drogas na residência de RONALDO) se **desdobrou** de busca pessoal, a qual não decorreu de abordagem exploratória, aleatória ou decorrente de mera intuição policial. Pelo contrário, a ação justificou-se pela existência de **fundadas razões** (justa causa), concretamente aferíveis e suficientes para convalidar a obrigatória atuação dos agentes da lei (**fuga de RONALDO ao ver a viatura policial**, conforme ele mesmo confessou durante seu depoimento judicial – mídia às fls.236). Nesse contexto, ao ser alcançado, **RONALDO** já estava em frente à sua residência, momento em que, apesar de negar, teria **gesticulado para sua esposa se ocultar, confessado informalmente** que possuía drogas em depósito e **franqueado o acesso dos policiais** no local, versão essa apresentada pelos policiais e que, no caso concreto, **prepondera**, haja vista que absolutamente nada em contrário produziu o ora apelante durante a instrução processual, além do fato de que seu depoimento é **inverossímil** e **isolado** nos autos.

A título de exemplo do descrédito da versão Defensiva (que negou, em síntese, as fundadas razões da diligência), **RONALDO** afirmou, durante seu interrogatório judicial, que sua esposa teria sido agredida pelos policiais perante “a vizinhança”, mas nenhuma dessas pessoas foi ouvida durante a persecução penal para confirmar sua argumentação. Inclusive, os policiais afirmaram (mídia) que tanto **RONALDO** como sua **esposa** autorizaram o ingresso policial na casa, mas, mais uma vez, sequer tal testemunha foi ouvida para eventualmente desmentir essa situação.

Destaco, assim, que **RONALDO** estava **em via pública** quando, pela **simples aproximação** da viatura policial, **empreendeu fuga**, o que, aliado à análise sistêmica do contexto fático (prova oral analiticamente apresentada adiante), gerou, objetivamente, a **fundada suspeita** para as buscas efetuadas, **inclusive em domicílio**, não se descurando, aqui, da referida preponderância da palavra dos agentes da Lei, não somente no sentido do **franqueamento de acesso** ao imóvel, mas também da circunstância da **confissão informal** relatada.

A respeito da situação retratada, não se pode perder de vista que o C. STF, em decisão plenária, ao se manifestar sobre caso análogo, afirmou que: *“Não há ilegalidade na ação de policiais militares que — amparada em fundadas razões sobre a existência de flagrante do crime de tráfico de drogas na modalidade “ter em depósito” — ingressam, sem mandado judicial, no domicílio daquele que corre, em atitude suspeita, para o interior de sua residência ao notar a aproximação da viatura policial.* (STF. Plenário. HC 169.788/SP, Rel. Min. Edson Fachin, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 04/03/2024 - Info 1126).

Nesse ponto, então, as **circunstâncias da prisão** indicaram as fundadas razões para que os policiais acreditassem que havia tráfico de drogas naquele local. Repita-se que **RONALDO** empreendeu **fuga** (fato incontroverso) e já estava **em frente a sua casa**, razão pela qual os policiais não poderiam, simplesmente, deixar de dar seguimento à diligência, sob pena de se transformar a “casa” em garantia de impunidade de crimes em prática.

Portanto, enquanto configurada a situação de flagrância (modalidade “ter em depósito” do delito de tráfico de drogas é crime permanente), permite-se, no âmbito da Jurisprudência do intérprete último dos Direitos Fundamentais (C. STF), a **busca domiciliar, independentemente da expedição de mandado judicial**, desde que presentes as **fundadas razões** de que em seu interior ocorra a prática de crime, **como na hipótese dos autos** (fuga), da forma acima já apresentada.

Inexistente, portanto, nulidade na busca domiciliar que resultou na apreensão de significativa quantidade e variedade de drogas, além de petrechos afins, não havendo que se falar em derivação ilícita de provas.

Afastada a preliminar, passo à análise de mérito.

Materialidade e autoria demonstradas nos autos, diante das provas amealhadas (acima referidas),

destacando-se que o réu foi preso em situação de flagrância.

Na **fase inquisitiva** (fls.07), o **acusado** disse *“Hoje por volta do meio dia e meia sai do barbeiro com minha motocicleta e fui para minha casa, que fica próximo. No caminho passei a ser seguido por uma viatura da policia militar. Acredito que porque eu tenha passado no sinal de pare. Quando chegava perto da minha residência fui interceptado pela viatura. Os policiais militares passaram a me agredir com socos e chutes. Chegaram mais algumas viaturas. Depois me algemaram. Fui mantido na calçada sentado. Os policiais perguntaram se eu tinha drogas em casa, e eu confessei a eles que tinha, mas, não autorizei a entrada deles na casa, nem minha esposa. Informei também que minha esposa estava na casa, mas, que a droga era minha para venda. Do dinheiro apreendido R\$ 2.500,00 eram meus e resultante da venda de drogas. O restante do dinheiro é da minha esposa, que ela conseguiu vendendo marmitas. Minha esposa não tem nada a ver com o tráfico de drogas. Fui processado apenas uma vez por tráfico de drogas. Estou arrependido, trabalho com entregas de marmitas.”* **Em juízo** (mídia às fls.236), **RONALDO** confessou que olhou para os policiais e correu. Relatou que frequentemente era parado na via pública e, certa vez, teve sua “bag” e mercadoria devassadas por policiais, por isso correu até

a casa da esposa, com medo de apanhar, por causa de seu passado. Aduziu que atualmente é trabalhador e que os policiais pegaram um pedaço de maconha na casa e dinheiro da marmitaria. Explicou que usa a maconha desde adolescente. Negou que houvesse balança ou crack na residência. Havia somente seda, triturador, dinheiro e maconha. Explicou que, ao ser abordado, foi pisoteado nas costas e comunicado que “iriam entrar para dentro”, sendo que um dos policiais ingressou no imóvel. Negou ter autorizado a entrada no local. Disse que até a esposa foi agredida na frente da vizinhança. Argumentou que usa todos os tipos de drogas e que já foi internado por intoxicação.

Os policiais *Alessandro da Silva Francisco e Adriano de Jesus Pinheiro Rodrigues*, na **fase inquisitiva** (fls.02/05) disseram, de modo uniforme, que estavam patrulhamento pela Avenida Isabel Padilha Targas, pelo bairro Lealdade, quando avistaram uma motocicleta Honda/CG 125, de cor branca e que o condutor da motocicleta, ao visualizar a viatura policial, passou a olhar repetidas vezes, o que gerou suspeitas para a equipe. Que foi feito o acompanhamento e a

tentativa de abordagem, emitindo sinais sonoros e luminosos. Que o condutor da motocicleta então empreendeu fuga. Que foi feito o acompanhamento, tendo somente parado a motocicleta na Rua Eliana Aparecida de Bianchi dos Santos, 704, aparentemente sua residência. Que o condutor da motocicleta foi abordado e identificado como sendo Ronaldo de Oliveira. Que em revista pessoal, nada de ilícito foi encontrado, mas que no momento da abordagem, saiu uma mulher da residência de numeral 704 e neste momento Ronaldo fez um gesto para ela, no sentido de retornar para dentro do imóvel. Que foi solicitado para a mulher retornar ao local e sendo questionada se era familiar de Ronaldo, disse que era esposa dele. Que a mulher foi identificada como sendo Giseli Cristina de Vito Oliveira. Que indagados se havia algo de ilícito dentro da residência deles, disseram que não. Que ambos consentiram e franquearam a entrada do imóvel para o depoente e seu colega de farda realizarem buscas na casa. Que durante as buscas no imóvel, lograram êxito em encontrar no quarto do casal, uma bolsa da marca Nike, contendo no interior desta, uma grande quantidade de dinheiro, sendo aproximadamente R\$5.413,80 em espécie e moedas, além de onze porções de substância esverdeada

aparentando maconha, de diversos tamanhos, quatro porções de substância aparentando cocaína e dez porções de substância aparentando “crack”. Que no guarda-roupas, foram encontrados uma faca grande, uma balança de precisão e pacotes de plásticos transparentes para embalar. Que questionado informalmente sobre a droga, Ronaldo disse que as drogas encontradas dentro da bolsa eram para comercialização e que o dinheiro era proveniente da venda de drogas. Que Ronaldo também disse que vendia cada porção de maconha por cinco reais e a cocaína e o crack por dez reais cada porção. Que indagada informalmente sobre a droga, pelo depoente e seu colega de farda, Giseli disse que tinha conhecimento do entorpecente e alegou que a droga era de propriedade de Ronaldo, para ele vender. **Em juízo** (mídias às fls.236), os policiais ratificaram os depoimentos prestados em solo policial, sem divergências.

Em juízo (mídia às fls.236), a testemunha de defesa Marco disse que não sabia nada sobre os fatos. Explicou que tem um comércio e que o acusado comprava muitos mantimentos porque vendia marmitas.

Observada a prova colhida, resta avaliar e motivar sobre a sentença proferida, levando em conta as considerações e requerimentos da parte dentro do inconformismo apresentado.

Respeitados os argumentos defensivos, forçoso reconhecer que o apelante cometeu o crime de tráfico de drogas, não havendo que se falar em insuficiência de provas ou mesmo em possibilidade de desclassificação delitiva.

Inicialmente, cumpre observar que, após profunda análise das provas colhidas em juízo, os depoimentos dos policiais se mostraram livres de contradições, compatíveis com os demais elementos de prova dos autos e, principalmente, sem qualquer evidência de que tinham motivos espúrios para incriminar o réu dos graves fatos de que se tem notícia.

Diante disso, não se afigura razoável

afastar a validade de depoimentos prestados por agentes da lei com fundamento tão somente na respectiva condição funcional, já que estes também são submetidos ao crivo do contraditório, como qualquer outra testemunha.

Esse, outrossim, é o entendimento reiterado desta Colenda 9ª Câmara de Direito Criminal aplicado em casos análogos (v.g: TJSP; Apelação Criminal 0002189-64.2015.8.26.0538; Relator: Cesar Augusto Andrade de Castro; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Santa Cruz das Palmeiras - Vara Única; Data do Julgamento: 31/05/2023; Data de Registro: 31/05/2023; TJSP; Apelação Criminal 1500183-86.2024.8.26.0540; Relator: Sérgio Coelho; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Ribeirão Pires - 1ª Vara; Data do Julgamento: 30/09/2024; Data de Registro: 30/09/2024)

Nesse sentido, observo que os depoimentos são **suficientemente hígidos** para evidenciar a situação de flagrância constatada. Neste ponto, acerca dos depoimentos, é corriqueira a discussão a respeito da validade e do valor das provas baseadas em depoimentos prestados por policiais. Não obstante os respeitáveis entendimentos e argumentos sobre a

eventual parcialidade que possa existir em algumas vítimas, testemunhas e policiais, a rejeição de uma declaração ou de um depoimento, deve ser embasada em fatos que estão além de meras deduções aparentemente lógicas, baseadas em uma visão parcial e ideológica, bem como distanciada da realidade social. Refutar a validade de um depoimento ou de uma declaração, baseando-se apenas na qualidade processual ou na profissão de uma pessoa, por mais bem escolhidos que possam ser os argumentos e os eufemismos utilizados, nada mais é do que preconceito e temor de enfrentar o fato, o seu valor e a norma correspondente, postura temerária no direito. Se alguém é indigno de fé, que o seja por questões mensuráveis, ponderáveis e, acima de tudo, conhecidas, sendo tão grave o preconceito contra a vítima, seus prepostos e os policiais, como o é se praticado contra a pessoa do acusado.

Assim, confrontando os elementos acostados aos autos, nada de concreto a afastar os depoimentos que, pelo contrário, estão em sintonia, sem contradições, com todas as demais provas amealhadas

na instrução processual.

Superadas as questões atinentes à credibilidade dos depoimentos dos policiais, passo a destacar o resultado da operação, isto é, a apreensão de **11 (onze) porções de maconha**, totalizando 34,2g, **04 (quatro) porções de cocaína**, totalizando 6,65g e **10 (dez) porções de crack**, com peso líquido de 4,75g (auto de apreensão às fls.16/17 e laudo toxicológico às fls.123/128), em fracionamento e acondicionamento claramente destinados à comercialização (fotografia - fls.25), até porque de inviável consumo individual (verdadeiro “estoque” acompanhado de petrechos de porcionamento em escala comercial, como balança de precisão e diversos invólucros plásticos), conclusão também extraída da inteligência do artigo 28, §2º da Lei de Drogas e daquilo que efetivamente se colheu através da prova conforme prova oral (mídia), e dos demais elementos de convicção acima elencados.

Sobre a viabilidade de estes elementos demonstrarem a destinação comercial dos entorpecentes, colaciona-se **precedentes**:

“Apelação TRÁFICO DE DROGAS
Conjunto probatório firme e coeso para
manter a responsabilização do réu,
notadamente pelos relatos dos policiais e a
existência de denúncias anônimas
apontando o réu como sendo traficante de
drogas **Quantidade e forma de
acondicionamento que demonstram a
destinação das drogas para a
mercancia** Penas Redução Possibilidade -
Regime prisional incensurável PARCIAL
PROVIMENTO AO APELO.” (TJ-SP:
Apelação Criminal nº
0004053-31.2010.8.26.0242, 10ª Câmara
de Direito Criminal, rel. Des. Rachid Vaz
de Almeida, j. 16/02/2012, v.u.);

“APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE
ENTORPECENTES - Inconformismo
defensivo. - Materialidade e autoria
comprovadas. Relatos dos policiais que
encontraram drogas em posse do réu -
**Quantidade e forma de
acondicionamento dos entorpecentes
que não deixam dúvidas da
narcotraficância** - Condenação mantida -
Penas bem dosadas que não comportam
reparo. Recurso desprovido.” (TJ-SP:
Apelação Criminal
nº0038185-16.2007.8.26.0050, 8ª Câmara
de Direito Criminal, rel. Des. Camilo Léllis,
j. 26/04/2012, v.u.).

No mais, é pertinente destacar que o C. Supremo Tribunal Federal, através do Recurso Extraordinário nº 635.659 (julgado em 26.06.2024), dentre outras deliberações, declarou a inconstitucionalidade, sem redução de texto, do artigo 28 da Lei 11.343/2006, para afastar a repercussão criminal do dispositivo em relação ao porte de *cannabis sativa* (até 40g) para uso pessoal (sem extensão do entendimento a outros tipos de drogas), **a depender das circunstâncias concretas do flagrante.**

No caso concreto aqui discutido, não se pode perder de vista que, para além da quantidade e variedade de drogas apreendidas, foram, então, as circunstâncias concretas do delito, na forma do acima já analisado, que caracterizaram a atuação do agente criminoso como narcotraficante, razão pela qual não há que se falar em absolvição por atipicidade de conduta no que toca ao porte de maconha. O conjunto de drogas, dentre elas a maconha, era nitidamente destinado à traficância.

Portanto, as **circunstâncias concretas**

da abordagem do acusado, como observadas, atestaram a condição de traficante do **apelante**, não surgindo dúvidas a respeito, reiterando-se que, do que alegou em juízo (mero usuário), o apelante **nada comprovou** (artigo 156 do Código de Processo Penal). E, de qualquer forma, ainda que fosse usuário, é necessário ter em mente que tal condição não desconfigura a atuação de traficante, haja vista que muitos desempenham tal atividade para sustentar o próprio vício.

No mais, conforme a **prova oral** acima apresentada, é **incontroversa** a prática do **crime de desobediência** (fuga de RONALDO, desrespeitando sinais de parada dos agentes da Lei), aqui não impugnado e, de qualquer forma, perfeitamente caracterizado, sem margem para dúvida ou situação passível de equívoco.

Bem comprovada, pois, a prática dos delitos em exames (tráfico de drogas e desobediência).
Condenação **mantida**.

Passa-se, então, à análise da dosimetria das penas.

No atinente, assim surgiu motivada a r. sentença: *“Passo ao cálculo da pena. Quanto ao delito previsto no art. 33, “caput”, da Lei n.º 11.343/06, fixo a pena-base, na forma do art. 59 do Código Penal, em 5 anos e 10 meses de reclusão, e 583 dias-multa, em virtude dos maus antecedentes (págs. 39/40). Na segunda fase, em razão da reincidência específica (pág. 39), aumento a pena em 1/4, resultando na pena final de 7 anos, 3 meses e 15 dias de reclusão, e 728 dias-multa. Nada há que ser considerado na terceira fase. Observo que, no caso dos autos, os maus antecedentes e a reincidência específica fazem afastar a incidência do § 4º do art. 33, da Lei 11.343/2006.*

Incabível a substituição da pena privativa de liberdade aplicada por outra espécie de pena ou a sua suspensão condicional, por ser insuficiente para a reprovação da conduta. De qualquer forma, o delito de tráfico, erigido à condição de equiparado a hediondo, é, ressalvada a posição contrária, ontologicamente incompatível com tais benesses legais. Por se tratar de crime equiparado a hediondo, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado (artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90, com a redação determinada pela Lei nº 11.464/2007). O crime de tráfico de drogas é de extrema gravidade por atentar contra a saúde pública e disseminar o vício, contribuindo efetivamente para a degradação da pessoa, da família e da sociedade. Por esse motivo, o legislador constitucional, determinou que tivesse tratamento rigoroso (art. 5º, XLIII, da Constituição Federal).

Quanto ao delito previsto no art. 330 do Código

Penal, fixo a pena-base, na forma do art. 59 do Código Penal, em 17 dias de detenção, e 11 dias-multa, em virtude dos maus antecedentes (págs. 39/40). Na segunda fase, em razão da reincidência (pág. 39), aumento a pena em 1/6, resultando na pena final de 19 dias de detenção, e 12 dias-multa. Nada há que ser considerado na terceira fase. Fixo o regime semiaberto para início de resgate nos moldes estabelecidos pelo artigo 33 do Código Penal, haja vista os maus antecedentes e a reincidência. Pelos mesmos motivos, incabível a substituição prevista no art. 44 do Código Penal ou mesmo a concessão de “sursis”. Em razão das penas aplicadas e do período de prisão processual até o momento, inviável a aplicação do art. 387, § 2º, do CPP. Por tais motivos a manutenção da prisão se faz necessária. Assim, denego ao réu o direito de recorrer em liberdade, por ainda persistirem os motivos que autorizaram a manutenção de sua custódia provisória. Ante o exposto, diante do mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a denúncia, e em consequência CONDENO o acusado RONALDO DE VITO OLIVEIRA, qualificado nos autos e portador do RG nº 45.773.852, à pena de 7 anos, 3 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 728 dias-multa, como incurso nas sanções previstas no art. 33, “caput”, da Lei n.º 11.343/06, e à pena de 19 dias de detenção, em regime semiaberto, e 12 dias-multa, como incurso nas sanções previstas no art. 330 do Código Penal. Observo que as penas serão somadas para fim de execução nos termos do art. 69 do Código Penal. Condeno o réu ainda a pagar as custas do processo, no valor equivalente a 100 (cem) UFESPs (artigo 4º, § 9º, da Lei Estadual nº 11.608/2003), com a ressalva do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil, diante da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, observado o provimento CG nº 02/2013. Decreto o perdimento da quantia apreendida (R\$5.413,80 – pág. 119) em favor do FUNAD, nos termos do art. 60 e seguintes da Lei 11.343/2006. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra. Publicada nesta audiência, saem os presentes intimados. Registre-se e cumpra-se. Em seguida, o acusado manifestou interesse EM RECORRER DA SENTENÇA.

Pelo MM. Juiz foi dito que recebia o recurso, saindo a Defesa intimada para apresentação das razões de apelação no prazo legal. Saem os presentes intimados. NADA MAIS. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Viviana Vaitiman Damaceno, Chefe de Seção Judiciário, digitei.” (fls. 229/230 - destaquei)

Crime de desobediência.

Na **primeira fase**, o d. Juízo *a quo* houve por bem fixar a basilar 1/6 (um sexto) acima do mínimo legal, índice razoável e admitido por esta Corte, além de plenamente justificado pelos maus antecedentes do acusado (fls.39/40), na forma do artigo 59 do Código Penal. Nada a reparar.

Na **segunda fase**, exasperou-se a pena em 1/6 (um sexto) em razão da reincidência do acusado (fls.39), resultando na pena final, porque inexistentes outras causas modificativas na terceira fase da

dosimetria, de **19 dias de detenção, e 12 dias-multa.**

Crime de tráfico de drogas.

Na **primeira fase**, o d. Juízo *a quo* houve por bem fixar a basilar 1/6 (um sexto) acima do mínimo legal, índice razoável e admitido por esta Corte, além de plenamente justificado pelos maus antecedentes do acusado (fls.39/40), na forma do artigo 59 do Código Penal. Nada a reparar.

Na **segunda fase**, exasperou-se a pena em 1/4 (um quarto) em razão da reincidência específica do acusado (fls.39), resultando na pena final, porque inexistentes outras causas modificativas na terceira fase da dosimetria, de **07 anos, 3 meses e 15 dias de reclusão, e 728 dias-multa.** No ponto, verifico que o índice empregado não pode ser considerado teratológico,

até porque não tarifado pela Lei, mostrando-se razoável ao caso concreto. No mais, é oportuno destacar que justamente pela condição de reincidente específico, vislumbra-se dedicação de RONALDO à traficância, o que configura impeditivo para eventual reconhecimento da causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, §4º da Lei de Drogas.

Pena final, enfim, fixada em **07 anos, 3 meses e 15 dias de reclusão, e 728 dias-multa**, no piso legal.

Tratando-se de crime equiparado a hediondo, a imposição de regime inicial fechado, cumpre ressaltar, é determinada pela legislação vigente, ou seja, artigo 2º, §1º, das Lei 8.072/1990, com redação dada pela Lei 11.464/2007. Tal rigor tem respaldo, inclusive, na própria Constituição Federal, no disposto no artigo 5º, XLIII, não se podendo alegar inconstitucionalidade.

Forçoso admitir, entretanto, que, recentemente, emanaram decisões dos Tribunais de Brasília, no sentido de ser possível a imposição de regime inicial diverso do fechado, principalmente, mas não somente, para condenados por tráfico “privilegiado” (o que não é o caso, cumpre ressaltar – réu reincidente específico), o que exige, então, avaliação própria a respeito.

Saliento que a imposição do regime inicial fechado se faz necessária, também, **com base nos elementos concretos do caso em análise**. Noto expressiva a quantidade das drogas na posse do apelante, para além da **reincidência específica**, evidenciando a **dedicação** ao odioso crime, com clara viabilidade de continuidade na conduta, aspecto relevante para a fixação de regime, nos termos do artigo 42, da Lei nº 11.343/06 cumulado com o artigo 33, §2º (alíneas “b” e “c” – réu “não reincidente”) e §3º, do Código Penal.

Portanto, não há qualquer razão que justifique a fixação de regime outro que não o **inicial fechado para o crime de tráfico de drogas**.

Com relação ao crime de **desobediência**, o d. Juízo *a quo* fixou, também de forma acertada, o regime inicial **semiaberto**. De fato, dadas as circunstâncias judiciais negativas já apresentadas, regime inicial mais brando de penas não atenderia os fins de prevenção e repressão do crime, além do que houve integral atendimento ao regramento previsto no artigo 33 do Código Penal. Nada a reparar.

Independentemente da possibilidade ou não de substituição da pena corporal por restritivas de direitos, imposta para condenados por **tráfico de drogas**, especialmente em razão da suspensão da execução do artigo 44, da Lei nº 11.343/06, por meio da Resolução nº 05/12 do Senado Federal, no atinente a vedação abstrata da concessão benesse, na espécie, o que se verifica, até pelo já indicado, é não ser a medida suficiente como reprovação e prevenção do hediondo ilícito (artigo 44, III, do Código Penal), inclusive incompatível com o **regime fechado** imposto, independentemente do *quantum* fixado (artigo 44, I, do Código Penal), destacando-se, como já indicado acima, aspectos **concretos** de maior gravidade dos fatos. **Aliás, sobre a insuficiência da substituição de penas, o mesmo argumento, no pertinente, pode ser acolhido em**

relação ao crime de desobediência, também no que toca ao “sursis” de pena.

Cumprе consignar inaplicável, no caso, o previsto no artigo 387, §2º, do Código de Processo Penal. O regime **fechado** decorre, como verificado, de norma legal ainda vigente. Por outro lado, o que se levou também em consideração para sua fixação foi a gravidade concreta dos fatos, independentemente do “quantum” da sanção (artigo 33, §3º, do Código Penal), portanto, igualmente irrelevante, para tanto, tempo de prisão provisória, inclusive destacando-se a **reincidência específica**, demonstrando ser inviável outro regime que não o mais rigoroso como forma de prevenção e repressão.

Eventual progressão, por outro lado, deverá ser avaliada no Juízo das Execuções, competente para a matéria (artigo 66, III, “b”, da Lei nº 7.210/1984), e com condições de verificar a presença dos requisitos legais

para tanto (objetivo e subjetivo), não apresentados nestes autos.

Diante da decisão do C. Supremo Tribunal Federal, que deixou de considerar possível ainda que por maioria, a prisão depois da decisão de Segundo Grau, resta avaliar, neste momento, necessidade de manutenção ou mesmo decretação de prisão preventiva, dentro de seus requisitos legais, na forma do artigo 617, c.c. artigo 387, §1º, ambos do Código de Processo Penal. No caso, foi decretada a prisão preventiva do **réu**, reconhecida a sua “culpa” por crime de **agudizada gravidade concreta**, com pena concreta estabelecida superior a **07 (sete) anos de reclusão**, para cumprimento em regime **fechado**, por delito **hediondo por equiparação**, com evidências claras de viável reiteração, portanto, visando-se garantia da ordem pública, vislumbram-se presentes os critérios legais para **manutenção** da prisão preventiva, portanto, aqui não alterada.

Do exposto, por meu voto, **NEGO**
PROVIMENTO ao apelo, mantendo-se, na íntegra, a r.
sentença por seus próprios e precisos fundamentos.

COMUNIQUE-SE. Transitada em julgado,
formalize-se a Execução Definitiva.

Alcides Malossi Junior
DESEMBARGADOR RELATOR